

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

CURSO DE ENGENHARIA AEROESPACIAL

CURSO DE EXTENSÃO

GRADE CURRICULAR GERAL

DIREITO AERONÁUTICO APLICADO À ATIVIDADE AÉREA E À ENGENHARIA AERONÁUTICA

Professor KALAZANS

O Curso de Extensão Universitária de Direito Aeronáutico Aplicado à atividade Aérea é composto de 25 módulos distribuídos da seguinte maneira:

- ☐ Cada módulo será composto de uma unidade de quatro aulas totalizando uma carga horária de 100 aulas;
- ☐ Cada módulo será realizado uma vez por semana totalizando um período de seis meses. Sugestão: As terças-feiras das 08h00min às 12h00minhs.

MATÉRIAS

- Direito Administrativo Aeronáutico.
- Responsabilidade Jurídica (Civil; Penal; Administrativa).
- Definição e jurisdição dos órgãos de controle de tráfego aéreo.
- Responsabilidade Jurídica (Civil; Penal; Administrativa) em caso de acidente aeronáutico.
- Definição e jurisdição dos órgãos Administrativos (DECEA; ANAC; INFRAERO; CGNA; etc.).
- Responsabilidades jurídicas do piloto; diretores, engenheiros aeronáutico, gerentes e controladores de tráfego aéreo em caso de acidente aeronáutico.
- Responsabilidade das empresas aéreas em caso de acidente aeronáutico.
- Função dos órgãos judiciais na atividade aérea (Promotores; Juízes; Delegados).
- Função das Associações de Parentes de Vítimas de Acidente Aeronáutico.
- Imprensa e as consequências desta atividade para fins de responsabilidade jurídica.
- Atribuições e responsabilidade jurídica dos Sindicatos e instituições similares.
- Prioridades dos órgãos numa investigação de acidente aeronáutico (Polícia, CENIPA).

CASOS QUE SERÃO ESTUDADOS

ACIDENTE - VOO 1907 X LEGACY

Em 29 de setembro de 2006 um Boeing 737-800 SFP da companhia brasileira Gol Transportes Aéreos, prefixo PR-GTD, com 154 pessoas a bordo, desapareceu dos radares aéreos às 16h48min (UTC-3) enquanto cumpria a etapa de Manaus (MAO) a Brasília (BSB) do voo 1907. A queda foi decorrente do choque da aeronave com um jato executivo Embraer Legacy 600, prefixo N600XL, que fazia a etapa Brasília-Manaus de seu voo de entrega a um cliente norte-americano, a empresa de táxi aéreo ExcelAire Services Inc. O Legacy conseguiu fazer um pouso de emergência no Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV), uma base da Força Aérea Brasileira (FAB) na Serra do Cachimbo, centro-sul do Pará, também chamada Base Aérea do Cachimbo. Após o pouso, verificou-se que o jato estava avariado na ponta da asa esquerda, mais precisamente em uma aba denominada winglet, e na extremidade esquerda do estabilizador horizontal, que é a superfície horizontal da cauda. As duas aeronaves envolvidas no acidente dispunham de sistema anticollisão (TCAS) associado ao transponder.

- Abordagem da denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal em face dos controladores e pilotos.
- Principais desfechos do processo penal.
- Principais desfechos da responsabilidade civil.
- Apontar a aplicação das regras de tráfego aéreo que contribuíram para a apuração da responsabilidade dos pilotos e controladores.
- Por que um dos controladores foi denunciado a título de dolo e os demais a título de culpa.
- Responsabilidade civil das empresas aéreas envolvidas neste acidente.
- A culpa (imperícia; imprudência; negligência) foi analisada pelo Ministério Público.
- Por que a justiça americana não aceitou que a ação, para fins de responsabilidade civil, não fosse julgada nos Estados Unidos.
- O papel da Associação dos Parentes de Vítimas de Acidente Aeronáutico no desfecho jurídico deste acidente.

ACIDENTE - CASO MAMONAS ASSASSINAS

No dia 2 de março de 1996, um trágico acidente aéreo levou prematuramente os cinco integrantes do grupo Mamonas Assassinas.



- Análise do acidente enfatizando responsabilidade administrativa (aplicação das regras de tráfego aéreo que contribuíram para o desfecho do acidente).
- Responsabilidade jurídica dos órgãos de controle de tráfego aéreo envolvidos neste acidente.
- Análise da fundamentação do Ministério Público que ensejou a absolvição dos controladores.
- Jurisdição dos órgãos de controle e a responsabilidade dos profissionais envolvidos (pilotos e controladores).
- Análise da lei do aeronauta no que se refere à jornada de trabalho. Qual a jornada de trabalho cumprida pelos tripulantes no momento do acidente e como este item contribuiu para o acidente.
- Argumentos do advogado de defesa dos parentes das vítimas para fins de indenização.

TWA 800

No dia 17 de julho de 1996, um dia quente de verão, um Boeing 747 da TWA embarcou 230 passageiros, no Aeroporto JFK em New York. Antes da decolagem, o avião havia permanecido na pista durante uma hora e meia, fazendo com que o combustível tornasse-se volátil. O avião decolou, uma decolagem tranquila e rotineira. Porém doze minutos após a decolagem o avião sumiu do radar dos controladores de tráfego aéreo. Testemunhas de outras aeronaves próximas afirmam terem visto duas bolas de fogo na costa de Long-Island. Horas depois a fuselagem destruída de uma aeronave foi encontrada boiando no mar.

- Um dos casos mais controversos referente à responsabilidade e prioridade da investigação em caso de acidente aeronáutico
- Análise dos conflitos de competência e jurisdição das pessoas jurídicas que participaram desta investigação (CIA; FBI; NTSB; FAA).
- Interpretação deste conflito a luz do Código Brasileiro de Aeronáutica, Anexo 13; Código Penal e Convenção de Chicago.

ACIDENTE COM A AERONAVE CONCORD

Um acidente com o Concorde matou 113 pessoas e marcou a declive do único avião supersônico civil. A aeronave se acidentou no dia 25 de julho de 2000, quando realizava as manobras de decolagem no aeroporto Charles de Gaulle, em Paris. Visite

- Análise da responsabilidade jurídica.



- Responsabilidade jurídica da engenharia aeronáutica (Engenheiro, mecânico, inspetor).
- Responsabilidade dos engenheiros responsáveis pelo projeto da aeronave.
- Responsabilidade dos mecânicos da aeronave DC 10 que decolou antes do Concorde soltando uma peça causadora do acidente.
- Encargo da infraestrutura aeronáutica responsável pela operação da pista de decolagem.
- Qual empresa responsável pela indenização: A empresa operadora da aeronave DC 10 ou da empresa operadora do Concorde?

ACIDENTE – VOO 254

Em 3 de setembro de 1989, um domingo, o Boeing 737-200 prefixo PP-VMK da companhia aérea brasileira Varig, voo Varig RG-254, que ia de Marabá para Belém, não chegou ao seu destino. Após cometer um erro de navegação ao decolar de Marabá, o comandante voou durante mais de três horas sem saber onde estava. Ao acabar o combustível, o piloto teve que realizar um pouso forçado às 21h06min (hora local), em plena floresta amazônica, próximo a São José do Xingu, na Serra do Cachimbo. Na aterrissagem, o impacto do avião contra as árvores causou a morte de 12 ocupantes e ferimentos em outros 42.

- Responsabilidade penal dos pilotos.
- Responsabilidade civil da empresa aérea.
- Apreciação do grande conflito entre a responsabilidade administrativas dos tripulantes (CBA) e a responsabilidade penal (Código Penal Brasileiro).
- Exame da argumentação jurídica do co-piloto no objetivo de buscar absolvição.
- Apreciação jurídica do Ministério Público no sentido de não acolher a tese de defesa do co-piloto.
- Por que piloto e co-piloto foram condenados com a mesma pena.
- Correlacionar as infrações de tráfego aéreo que ensejaram responsabilidade penal e civil.

LAGO CONSTANCE

No dia 1 de Julho de 2002 um Tupolev Tu-154 e um Boeing 757 da DHL colidiram no ar. O acidente foi causado por problemas no controle aéreo na Suíça. Os passageiros do Tupolev era quase todas crianças a caminho de uma férias em Barcelona. Um dos grandes fatores que contribuiu para o desfecho do acidente foi a confusão entre as instruções dos órgãos de controle e as sugestões do TCAS.



- Responsabilidade dos órgãos de controle de tráfego aéreo.
- Responsabilidade dos controladores.
- Responsabilidades dos pilotos.
- Responsabilidade da equipe de engenharia voltada a manutenção de equipamentos eletrônicos voltados ao controle de tráfego aéreo.
- Analisar a prioridade entre a instrução do controlador e a manobra sugerida pelo TCAS quando diferente. (A época do acidente não havia regulamentação que disciplinasse esta matéria).

ZAGREB

Em setembro de 1976, no espaço aéreo Servo-Croata, uma falha na comunicação colocou dois jatos em rota de colisão. A asa do DC9 atravessou o meio da fuselagem do Trident, depois do choque as duas aeronaves perdem o controle e atingem o solo. O DC9 da Inex Adria ia da Croácia para a Alemanha, com 113 pessoas à bordo, e o Tridente da British Airlines ia de Londres para Istambul com 63 pessoas à bordo. Todas as 176 pessoas morreram.

- Responsabilidade dos controladores (supervisores, chefe de equipe).
- Análise do chefe geral da aviação civil que resultou na absolvição de alguns controladores
- Ponderação da fundamentação do Ministério Público.
- Análise do assistente do Ministério Público.
- Relacionar a teoria do direito Penal e a conduta dos controladores frente a aplicação das regras de tráfego aéreo.
- Análise da fraseologia empregada.
- Estudo das condições de trabalho dos controladores que contribuíram para a isenção de culpa de alguns controladores. (Carga de trabalho; formação e treinamento dos controladores; condições de moradia, etc.).
- Identificar o processo de identificação de cada membro de uma equipe de serviço.
- Examinar os argumentos de defesa de empresa que resultaram na absolvição de alguns controladores.
- Apurar a reponsabilidade dos pilotos neste acidente.
- Apontar as semelhanças deste acidente com o acidente do Voo 1907 X Legacy.
- Avaliar a possibilidade de empregar os mesmos argumentos deste acidente para isenção de culpa dos controladores do acidente Voo 1907 X Legacy.



VOO 3054

O Voo 3054, de procedência do Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre para o Aeroporto de Congonhas em São Paulo, com 187 pessoas a bordo, derrapa e sai da pista recém-reaberta do Aeroporto de Congonhas após pousar, em seguida sai do aeroporto e atravessa a avenida Washington Luís, colide com um prédio da TAM Express e explode em seguida. Morreram, além das pessoas no avião, 11 pessoas que estavam no prédio da TAM Express e 1 taxista que estava abastecendo seu carro no posto de gasolina ao lado que explodiu, resultando em 199 vítimas fatais. É o segundo maior acidente aéreo do Brasil em número de vítimas.

- Analise jurídica dos advogados que trabalharam neste caso.

VOO 052

Em 25 de janeiro de 1990 um Boeing 707 SFP da Avianca que fazia a rota Bogotá - Nova Iorque via Medellín caiu em Cove Neck, Long Island, Nova Iorque por falta de combustível. As investigações indicaram que os pilotos não indicaram claramente para o controle aéreo sua condição, pois requisitaram apenas prioridade, mas não declararam emergência de combustível em nenhum momento.

- Avaliar a responsabilidade do órgão de controle que aceitou mais aeronaves do que era possível controlar com segurança
- Apontar a responsabilidade do órgão de gerenciamento de tráfego aéreo que obrigou outro órgão de controle a aceitar muitas aeronaves em condições meteorológicas adversas.
- Apontar a responsabilidade dos controladores resultante de uma coordenação precária.
- Analisar os argumentos do advogado da empresa aérea com finalidade de responsabilizar os órgãos de controle de tráfego aéreo americano.
- Examinar o acordo entre a FAA e as vítimas e os parentes das vítimas deste acidente.
- Analisar este acidente considerando a aplicação das regras de tráfego aéreo (fraseologia) e a implementação do teste de Proficiência da língua inglesa pela ICAO.
- Apontar a responsabilidade do DOV's (Despachantes Operacionais de Voo) da empresa aérea na elaboração do plano de voo, e a respectiva coordenação com a tripulação.

LEI DO ABATE

- Identificar a lei do abate.
- Apreçar a lei que regulamenta a lei do abate.
- Relacionar a lei do abate com os tratados internacionais.
- Responsabilidade do piloto que abate a uma aeronave hostil.
- Realizar uma interpretação das normas considerando a Constituição Federal que proíbe a pena de morte no Brasil e dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica.



- Interpretar a lei que regula a lei do abate e o poder vinculado e o poder discricionário provenientes do Direito Administrativo

INFRAÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO

- Analisar uma infração de tráfego aéreo imputada a um piloto.
- Analisar o recurso interposto pelo piloto com a finalidade de anular a multa.
- Identificar as infrações estipuladas no CBA.
- Identificar portarias que definem as infrações de tráfego aéreo.
- Diferenciar infração penal de infração administrativa.
- Identificar os órgãos responsáveis por aplicar e cobrar multas.
- Identificar os tipos de penalidade relacionada à infração aeronáutica.
- Identificar o processo administrativo relacionado à infração (Auto de Infração; Recurso, etc.).

HOMOLOGAÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PRÓXIMO A REGIÃO AEROPORTUÁRIA

- Apreciação de uma grande empresa da civil construtora que teve seu projeto anulado devido um indeferimento dos órgãos competentes, resultando no prejuízo de milhões de dólares.
- Identificar o documento que regula construção nas áreas próximas aos aeroportos.
- Órgãos responsáveis por autorizar ou proibir construções em regiões de aeroporto.
- Poder da autoridade pública em embargar construções.
- Responsabilidade do governo municipal para autorizar construções próximas aos aeroportos.
- Definir zona de proteção.
- Identificar processo administrativo de construção.

TARIFA AEROPORTUÁRIA

- Estudo de caso em que uma aeronave ingressa com uma ação judicial buscando isenção de taxa aeroportuária que julgou ser indevida.
- Diferenciar taxa de imposto.
- Relacionar as taxas aeroportuárias em relação ao tipo de serviço prestado.



- Examinar o argumento da empresa aérea frente à regulamentação específica.
- Apreciar a fundamentação do advogado da União que considerou devida a cobrança da taxa.
- Analisar a infraestrutura aeronáutica e seus serviços.
- Identificar o órgão competente para definir e recolher as taxas aeroportuárias.
- Identificar os tipos de serviço de controle de tráfego aéreo que ensejam taxas e impostos.
- Apreciar a fundamentação do advogado da empresa aérea que considerou o tipo de serviço prestado, os órgãos de controle, infraestrutura aeronáutico e a relação destes com a cobrança indevida das taxas aeroportuárias.

VOO 236

Em 24 de agosto de 2001 o voo Air Transat 236 operado com um Airbus A330 realizou o maior voo planado jamais registado na aviação comercial a jacto após ter perdido o combustível a meio do Oceano Atlântico. O voo sem motores durou cerca de meia hora, ao longo de 120 km (65 milhas náuticas), realizando uma aterragem de emergência no Aeroporto das Lajes, na ilha Terceira, Açores, Portugal. Não houve feridos, mas o avião sofreu alguns danos estruturais, tendo estourado igualmente os pneus. Foi comprovado que dias anteriores ao acidente foi realizada uma manutenção no sistema de combustível da aeronave. Não havendo uma peça própria de reposição, a equipe de manutenção optou por substituir por outra semelhante que desobedecia aos parâmetros técnicos previstos. Durante o voo houve um vazamento que exigia do piloto um procedimento previsto para estancar o vazamento. O piloto não agiu conforme o previsto no manual provocando vazamento de todo o combustível.

- Responsabilidade da tripulação na identificação e aplicação incorreta dos procedimentos.
- A imprudência da equipe de manutenção isenta a tripulação?
- Avaliar os argumentos da construtora da aeronave para eximir-se de responsabilidade.
- Quando o mecânico obedece a uma ordem do inspetor de manutenção fica isento?

Legislação que será estudada

- Código Brasileiro de Aeronáutica
- Lei do Aeronauta
- Legislação Internacional – Acordos e Tratados
- RBHA's
- ICA 100-12
- ETC.

OBS: A lista de exemplos de estudo de casos e legislações não é taxativa. O curso terá estes casos e muitos outros com a finalidade de abranger os tópicos mais importantes relacionada à atividade aérea tendo como base toda a fundamentação jurídica que se aplica a cada caso enfatizando toda legislação pertinente - nacional e internacional - englobando as disciplinas voltadas à responsabilidade civil penal administrativa e outras.

MODO DE AVALIAÇÃO

Para cada assunto ministrado haverá um trabalho de grupo acerca da matéria. Será um estudo de caso real que os alunos deverão resolver. Ex: Um dos primeiros assuntos a ser abordado será Direito Administrativo Aeronáutico. Após a conclusão deste assunto será analisado um caso real em que uma empresa aérea ingressa com uma ação judicial para isentar-se de uma taxa aeroportuária que considera injusta. Para a solução deste caso real será necessário aplicar todo o conhecimento ministrado na unidade tais como: Classificação do espaço aéreo; Tipo de serviço prestado em cada espaço aéreo; diferenciar regras de voo visual das regras de voo por instrumentos; aplicação das regras e infrações de tráfego aéreo, etc.

Outro exemplo deste tipo de avaliação ocorrerá quando estudarmos Responsabilidade Penal na Atividade Aérea. Após a conclusão desta matéria será analisada a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal face aos Pilotos na apuração de responsabilidade Jurídica do acidente aeronáutico do Voo 1907 X Legacy. Para análise deste caso será necessário a aplicação dos conhecimentos das matérias relativas à Direito Penal e Regulamentos de Tráfego Aéreo.

O curso todo se desenvolverá desta forma. Para cada assunto estudado será apresentado um caso real para que os alunos apliquem a matéria estudada.

Além disto, será apresentado um trabalho final em grupo em que os alunos vão analisar um acidente aeronáutico real ou outro caso voltado à atividade aérea, aplicando todas as matérias apresentadas no curso. Esta apresentação será um caso real indicado e orientado pelo professor do curso.

Todo os trabalhos durante o curso terá um valor de 5 pontos e o trabalho final também valerá 5 pontos.

Aprecie, comente, critique e, principalmente, divulgue.

Será um imenso prazer tê-lo a bordo.